



PRACTICING DISCURSIVAS

SIMULADO 25



 (31) 98021-5992

 @juridico.dc

 dcpreparatorio@gmail.com


Jurídico DC



QUESTÃO 2

A ação civil pública, disciplinada pela Lei n. 7.347/1985 e pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), constitui o principal instrumento processual do Ministério Público para a tutela coletiva de direitos transindividuais. O art. 129, III, da Constituição Federal de 1988 conferiu ao MP legitimidade constitucional para promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consolidando o papel da instituição como representante da sociedade civil na defesa de interesses de natureza metaindividual.

A tutela coletiva, no sistema brasileiro, abrange três espécies de direitos transindividuais: os interesses difusos, os coletivos stricto sensu e os individuais homogêneos. A distinção entre essas categorias é essencial para a compreensão dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada coletiva, da legitimidade ativa ad causam nas ações coletivas e dos efeitos da sentença coletiva sobre as demandas individuais.

Com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, na jurisprudência dos Tribunais Superiores e na doutrina pertinente, responda, de forma dissertativa e fundamentada:

1. Discorra sobre as três espécies de direitos transindividuais (difusos, coletivos stricto sensu e individuais homogêneos), diferenciando-os quanto à titularidade, à origem do dano e à divisibilidade do objeto, e indicando, para cada categoria, um exemplo prático de situação que poderia ensejar a propositura de ação civil pública pelo Ministério Público.
2. Analise a legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública na tutela de direitos individuais homogêneos, discorrendo sobre: (a) a controvérsia sobre a legitimidade do MP para a tutela de interesses individuais disponíveis; (b) os critérios estabelecidos pelo STF para aferir a relevância social dos direitos individuais homogêneos que justificaria a atuação ministerial; (c) os limites impostos à atuação do MP na tutela de interesses meramente individuais e disponíveis.
3. Discorra sobre a coisa julgada coletiva, abordando: (a) o regime da coisa julgada erga omnes nos interesses difusos e coletivos stricto sensu e da coisa julgada ultra partes nos interesses individuais homogêneos, nos termos do art. 103 do CDC; (b) o transporte in utilibus da coisa julgada coletiva para as demandas individuais; (c) os efeitos da sentença de improcedência por insuficiência de provas sobre a legitimidade para nova propositura da ação coletiva.
4. Discorra sobre o inquérito civil como instrumento exclusivo do Ministério Público, abordando: (a) sua natureza jurídica e as características que o distinguem do inquérito policial; (b) os poderes instrutórios do MP no inquérito civil: requisição de documentos, expedição de notificações, condução de tomada de depoimentos; (c) o arquivamento do inquérito civil e o controle realizado pelo Conselho Superior do MP ou pela Câmara de Coordenação e Revisão, e se esse controle viola a independência funcional do membro?

Máximo: 90 linhas



Jurídico DC

QUESTÃO 3

A empresa Wayne Aeronaves S.A., do empresário Bruce Wayne, entrou em recuperação judicial. Após intensas negociações com credores, o plano foi aprovado em assembleia e homologado judicialmente.

Inconformado com a homologação, o Banco LexCorp, credor quirografário, representado por Lex Luthor, interpôs agravo de instrumento alegando nulidades envolvendo a Classe III. Ao receber o recurso, o relator determinou a vista ao Ministério Público.

O Ministério Público de Metrópolis, por sua vez, apontou, em parecer, possíveis vícios no tratamento da Classe I (trabalhistas), afirmando que a cláusula de parcelamento violaria o art. 54, § 1º da Lei 11.101/2005.

Antes do julgamento, a LexCorp cedeu seus créditos para a empresa Securitizadora Apokolips S.A., que imediatamente requereu a desistência do recurso, tendo o TJ homologado o pedido.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso especial, afirmando que o tribunal deveria conhecer o mérito do recurso, pois ele continha questões de ordem pública e de interesse da coletividade dos credores.

Diante desse cenário, responda:

1. O tribunal pode recusar a homologação da desistência do recurso interposto por credor, mesmo que este trate de matéria de ordem pública? Fundamente com base na legislação e na jurisprudência do STJ.
2. O Ministério Público pode prosseguir no julgamento de recurso interposto por outro sujeito processual, mesmo que tenha apresentado parecer apontando nulidades? Justifique.
3. Quais os limites do controle judicial sobre a legalidade do plano de recuperação homologado? Esse controle pode ser exercido de ofício pelo tribunal?

Máximo 30 linhas.

QUESTÃO 5

Os crimes contra a Administração Pública, previstos no Título XI do Código Penal, constituem um dos temas centrais do Direito Penal na atividade do Ministério Público, especialmente no contexto contemporâneo de combate à corrupção. A relação entre os crimes funcionais, as infrações à Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) e as demandas de ressarcimento ao erário coloca o MP em posição central, simultaneamente como titular da ação penal pública e como legitimado para a propositura da ação civil pública por improbidade administrativa.

A reforma promovida pela Lei n. 14.230/2021, que alterou profundamente a Lei de Improbidade Administrativa, e as alterações introduzidas pelo Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019) no campo do Direito Penal impuseram ao MP a necessidade de permanente atualização sobre os regimes distintos de responsabilização — penal, civil por improbidade e administrativa — do servidor público autor de ilícito contra a Administração.

Com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, na jurisprudência dos Tribunais Superiores e na doutrina pertinente, responda, de forma dissertativa e fundamentada:

1. Discorra sobre os crimes de peculato (art. 312 do CP) e corrupção passiva (art. 317 do CP), diferenciando-os quanto ao sujeito ativo, ao objeto material, ao elemento subjetivo e às qualificadoras eventualmente aplicáveis. Indique, ainda, se o servidor que se utiliza da função pública para coagir particulares a lhe pagar vantagem responde por corrupção passiva ou por concussão, e qual o critério distintivo entre os dois tipos penais.
2. Analise a relação entre os crimes funcionais e a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992, com a redação dada pela Lei n. 14.230/2021), discorrendo sobre: (a) a natureza jurídica da ação de improbidade após a reforma de 2021: exclusividade do MP ou possibilidade de ação popular como sucedâneo; (b) o elemento subjetivo exigido para a configuração do ato de improbidade após a reforma — dolo específico ou dolo genérico; (c) a possibilidade de cumulação de ação penal e ação de improbidade administrativa pelos mesmos fatos, à luz do princípio *ne bis in idem*.
3. Discorra sobre o crime de lavagem de dinheiro (Lei n. 9.613/1998) em sua relação com os crimes contra a Administração Pública, abordando: (a) o conceito de crime antecedente e a lista prevista no art. 1.º da Lei n. 9.613/1998 após a reforma de 2012; (b) se a condenação pelo crime antecedente é pressuposto da condenação por lavagem; (c) a tese da autonomia da lavagem de dinheiro em relação ao crime antecedente e a possibilidade de condenação do servidor público por lavagem sem condenação prévia pelo crime funcional.
4. Discorra sobre o ressarcimento ao erário em caso de condenação por ato de improbidade administrativa, abordando: (a) a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário por ato doloso de improbidade, nos termos do art. 37, § 5.º, da CF/88 e do entendimento firmado pelo STF no (Tema 897); (b) a relação entre a imprescritibilidade constitucional do ressarcimento e a prescrição da pretensão condenatória prevista no art. 23 da LIA; (c) a possibilidade de propositura de ação de ressarcimento ao erário independentemente da prescrição da ação de improbidade.



Jurídico DC

QUESTÃO 6

Marcos Araújo, condenado a 22 anos de reclusão por tráfico de drogas qualificado (art. 33, § 1.º, I, c/c art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006) com início de cumprimento da pena em regime fechado, requereu ao Juízo das Execuções Penais: (i) a progressão ao regime semiaberto, alegando ter cumprido fração superior à exigida pela lei, bom comportamento carcerário e aptidão para o trabalho externo; (ii) o cômputo de remição por horas de estudo realizadas no curso de ensino médio oferecido pelo Estado dentro do estabelecimento prisional; (iii) a progressão por salto — diretamente do regime fechado para o regime aberto —, alegando que o único estabelecimento semiaberto do Estado encontrava-se superlotado e em situação degradante.

O Ministério Público manifestou-se contrariamente à progressão por salto e à remição, por entender que: (a) a progressão por salto não tem previsão legal e viola o princípio da legalidade na execução penal; (b) as horas de estudo no ensino médio somente gerariam remição se houvesse aprovação em avaliação formal, o que não ocorreu no caso. O Juízo das Execuções acolheu integralmente os pedidos de Marcos. O MP interpôs agravo em execução.

Com base no caso concreto e no ordenamento jurídico, responda, de forma dissertativa e fundamentada:

1. Discorra sobre os requisitos para a progressão de regime na execução penal, abordando: (a) as frações de cumprimento de pena exigidas para a progressão de crimes hediondos e equiparados após a Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), distinguindo as hipóteses conforme a primariedade do réu e a natureza do crime; (b) o requisito subjetivo de bom comportamento carcerário e o papel do exame criminológico após a Súmula Vinculante 26 do STF; (c) se o tráfico de drogas qualificado é equiparado a crime hediondo para fins de progressão de regime.
2. Analise o pedido de progressão por salto — diretamente do regime fechado ao aberto —, discorrendo sobre: (a) se há previsão legal ou jurisprudencial que autorize a progressão por salto em alguma hipótese; (b) o entendimento do STJ e do STF sobre a progressão por salto em razão de superlotação ou degradação do estabelecimento semiaberto; (c) se a situação dos estabelecimentos prisionais (ADPF 347 — estado de coisas inconstitucional) pode ser utilizada como fundamento para a progressão por salto.
3. Discorra sobre o instituto da remição de pena na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), abordando: (a) a remição pelo trabalho: fração de dias de pena remidos por dia de trabalho; (b) a remição pelo estudo após a Lei n. 12.433/2011: fração de dias de pena remidos por hora de estudo e se a aprovação em avaliação é requisito para a remição; (c) a remição pela leitura (Recomendação n. 44/2013 do CNJ) e sua validade como fundamento para a remição.
4. Discorra sobre o regime disciplinar diferenciado (RDD), introduzido pela Lei n. 10.792/2003 e modificado pelo Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019), abordando: (a) as hipóteses de cabimento do RDD após o Pacote Anticrime e a inclusão do preso provisório; (b) a duração máxima do RDD, as restrições aplicáveis e a constitucionalidade da medida à luz do princípio da dignidade da pessoa humana e da vedação à tortura; (c) o papel do Ministério Público no requerimento e no controle do RDD.

